

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 779 -
PE (2018/0098954-5)**

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
REQUERENTE : EVANDRO BARBOSA PINTO
ADVOGADO : JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291
REQUERIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal, suscitado por Evandro Barbosa Pinto, com amparo no art 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado (e-STJ, fl. 135).

A parte requerente sustenta que a decisão impugnada divergiu do entendimento adotado por esta Corte em tema de deserção, quando o recurso aborda também o indeferimento da gratuidade, o que configuraria direito material.

Em contrarrazões, a União sustenta buscar o requerente apenas protelar o feito, em que teve negado mandado de segurança que indeferiu a compensação de honorários (e-STJ, fls. 190-192).

É o relatório.

A apreciação da deserção é matéria de direito processual, não se prestando ao instrumento de uniformização veiculado.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. CONHECIMENTO DE RECURSO INOMINADO DESERTO. ANÁLISE DE QUESTÕES PROCESSUAIS. VEDAÇÃO LEGAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Hipótese em que a requerente interpôs recurso inominado sem preparo em face de sentença que não concedeu benefício da Assistência Judiciária Gratuita.

2. A questão em exame se refere ao conhecimento de recurso inominado que foi declarado deserto por Turma Recursal de Juizado Especial.

3. No caso dos autos, eventual pronunciamento de direito material teria caráter estritamente incidental. Embora a recorrente argumenta que a concessão prévia de assistência judiciária gratuita é de direito material, o objeto dos autos se refere à observação de requisitos de admissibilidade de recursos, cuja natureza é de direito processual.

4. O objeto do pedido de uniformização se restringe a questões de direito material.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no PUIL 196/RN, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES,
PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/8/2018, DJe 28/8/2018)

Ademais, o acórdão regional sequer versa sobre deserção, mas, apenas, do descabimento de recurso ordinário contra decisão de turma recursal em mandado de segurança em que se pretendia o reconhecimento do direito líquido e certo à compensação de honorários. Caso se chegasse a tanto, o requerimento estaria alcançado pela incidência da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

Ante o exposto, não conheço do pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

